PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2016

(Dep. Antonio Bulhões (PRB-SP))

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre barreiras arquitetônicas em templos religiosos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 2º e o art. 3º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para excluir os altares de templos religiosos das disposições relativas a barreiras arquitetônicas.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 10.098, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
Parágrafo único. Não se aplica a definição estabelecida para barreiras arquitetônicas a altares de templos religiosos. (NR)”

Art. 3º O art. 11 da Lei nº 10.098, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11

§ 1º

.....
§ 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica a altares de templos religiosos. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Em primeiro lugar, registramos que a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Entre as diversas disposições encontradas nessa norma, há aquelas relativas a construções, ampliações ou reformas de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo. Estabeleceu-se que as referidas obras deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O projeto de lei em comento objetiva excluir, dessas obrigações, os altares de templos religiosos. Destacamos que, em alguns templos, os altares são ou foram construídos tendo como base réplicas de templos antigos, alguns milenares, já não mais existentes. Por sua vez, outros altares seguem padrões estabelecidos por dogmas, princípios ou fundamentos religiosos, cujas alterações com base nas normas vigentes poderiam trazer prejuízos litúrgicos. Precisamos ter em mente que, além dessa questão de caráter religioso, há ainda altares em templos que são tombados e constituem patrimônio cultural, cujas eventuais modificações ou reconstruções transformariam significativamente sua forma e, conseqüentemente, sua história.

É plenamente desejável, pois, que os altares de templos religiosos não sejam entendidos como barreiras arquitetônicas e não estejam incluídos nos critérios exigíveis referentes a elementos arquitetônicos acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Por tudo aqui relatado, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado ANTONIO BULHÕES (PRB/SP)